

# **A Teoria das Representações Sociais: conversando com os professores sobre trabalho**

The Theory of Social Representations:  
dialoguing with teachers about work

**Angela Maria Corso**  
Unicamp/Unicentro  
[amcorso@hotmail.com](mailto:amcorso@hotmail.com)

## Resumo

Pela diversidade de concepções teóricas sobre o tema das representações, e ainda pela preocupação de entender como o conceito de representação poderia ser empregado no campo da educação para a discussão da categoria trabalho, apresentamos no início do artigo um diálogo estabelecido com diferentes autores para a caracterização das principais teorias das representações e a opção teórica e metodológica pela teoria das representações de Henri Lefebvre, a partir do estudo da obra “A presença e a ausência: contribuição à teoria das representações”. Na segunda parte tratamos da categoria trabalho como um conceito construído socialmente. Para isso, apresentamos o estudo sobre trabalho em diferentes períodos e sociedades, para explicar seu caráter histórico e dual, sobretudo, na sociedade capitalista. Em seguida, trazemos uma discussão sobre as representações da categoria trabalho em Karl Marx e Henri Lefebvre - com intenção de esclarecer porque o trabalho enquanto definidor do indivíduo nas relações de produção é algo específico da sociedade capitalista. Apesar de o foco ser Karl Marx e Henri Lefebvre, outros autores contemporâneos contribuíram com esta discussão, István Mészáros, Antonia Vitoria Soares Aranha, Gaudêncio Frigotto, Marise Nogueira Ramos, Maria Ciavatta, Dermeval Saviani e Paolo Nosella. Para finalizar trazemos algumas ponderações da pesquisa empírica realizada com professores do curso técnico em Administração, buscando abstrair destas, as representações sobre a categoria trabalho.

**Palavras-chave:** Representações. Trabalho. Professores.

## Abstract

Considering the diversity of theoretical conceptions on social representations as well as the interest in understanding the utilization of the representation concept to discuss work category in the field of education, it is established, in the beginning of this article, a dialogue among different authors for the categorization of the main theories of representation and the theoretical and methodological option for Henri Lefebvre's theory of representations through the study of his book “The presence and the absence: contributions to the theories of representations”. In the second part, the work category is dealt as a socially constructed concept. For this, study on work in different periods and societies is presented, so that its historical and dual nature could be explained, especially in the capitalist society. Next, a discussion about the work category representation in Karl Marx and Lefebvre takes place, aiming at explaining why work as definer of the individual in the relations of production is specific to the capitalist society. In spite of Karl Marx and Henri Lefebvre being the focus in this article, other contemporary authors such as István Mészáros, Antonia Vitoria Soares Aranha, Gaudêncio Frigotto, Marise Nogueira Ramos, Maria Ciavatta, Dermeval Saviani e Paolo Nosella contribute to the discussion as well. Finally, in the end, some considerations from empirical studies with teachers of a vocational course on Administration are brought, seeking to extract the representations on work category from them.

**Keywords:** Representations. Work. Teachers.



Atualmente, o tema da representação social destaca-se cada vez mais nos estudos acadêmicos. Com a preocupação de entender como o tema representação poderia ser tratado no campo sociológico, encontramos o texto de Maria Cecília de Souza Minayo, O conceito de Representação dentro da Sociologia Clássica. Para a autora, as representações sociais nas ciências sociais são definidas como categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. (1994, p.89)

Para fazer essa discussão, Minayo parte de uma análise da temática nos autores clássicos como Durkheim, Weber e Marx, comparando-os e diferenciando-os em suas abordagens com autores mais contemporâneos, tais como Bakhtin e Bourdieu. Neste sentido, a principal contribuição deste texto foi confirmar que outras categorias teorizadas por autores marxistas têm relação próxima com o tema das representações.

Para Minayo (1994, p.89), “a categoria chave, em Marx, para tratar do campo das ideias [das representações], é a consciência. Para ele, as representações, as ideias e os pensamentos são os conteúdos da consciência que, por sua vez, é determinada pela base material.”

Neste sentido, em Marx, representação (*Vorstellung*, em alemão) significa, em termos gerais, a forma com que os indivíduos veem e ou percebem sua relação em sociedade; significa certa forma a consciência (*Bewusstsein*) que estes indivíduos têm de si próprios e dos outros membros de determinado meio social. Esta consciência é sempre, em primeiro lugar, consciência daquilo que está mais próximo de si, de seu cotidiano. Neste sentido, a forma como os indivíduos representam sua sociedade está intrinsecamente ligada a seu dia-a-dia, às relações sociais de seu meio físico mais imediato.

Sendo, então, esta consciência uma consciência cotidiana, ela será, por definição, uma forma limitada de representação de tal sociedade. Ela será uma consciência limitada porque seus membros não teriam, pois, uma noção mais profunda (a clareza) das relações às quais estão inseridos. Para Marx, a consciência dos indivíduos está determinada pela forma de produção às quais estão inseridos em um contexto cultural

determinado. Ou seja, são as relações de produção que determinam a forma da consciência social (coletiva). Isto significa que é a partir da forma como se dão as relações econômicas (produção, troca, apropriação, consumo) de uma dada sociedade que se determina a maneira como ela representar-se-á a si própria e ao exterior. Outro fator determinante também para se compreender a representação da consciência social dentro de dada sociedade é a posição que cada um de seus membros ocupa nestas relações de produção: se ele é um proprietário dos meios de produção terá determinada forma de se auto-representar e representar sua sociedade; se for um indivíduo desprovido dos meios diretos de auto-suficiência, então, este representará a si próprio e a seus pares de forma diferenciada, ainda que, no conjunto, ele acabe por assumir a consciência posta pela classe dos proprietários.

Ainda segundo Minayo (1994) a partir de Marx, outros autores marxistas têm trabalhado o campo das representações, entre eles: Antonio Gramsci e George Lukács. Gramsci aborda o tema quando trata do senso comum e do bom senso. Para Minayo (1994), apesar de Gramsci concentrar seus estudos nas questões pedagógicas e políticas da construção da hegemonia, o autor italiano tem contribuído neste campo das representações porque avança a teoria marxista sobre o mundo das ideias. Neste sentido, a autora sintetiza a contribuição de Gramsci sobre as Representações Sociais em três aspectos importantes:

a) Primeiramente, [Gramsci] chama atenção para os aspectos de conformismo de que elas são reveladoras e para o caráter de abrangência desse conformismo de acordo com os diferentes grupos sociais. Isto é, retira a idéia de que o “senso comum” seja inerente à ignorância das massas, mostrando como cada grupo social tem seu próprio conformismo e ilusão: b) em segundo lugar, alerta para os aspectos dinâmicos geradores de mudança que coexistem com o conservadorismo no senso comum; c) em terceiro lugar, analisa a composição mais abrangente das diferentes concepções de mundo –das representações sociais – de qualquer grupo social e de determinada época histórica. (MINAYO, 1994, p.101).

Lukács, assim como teria feito Gramsci, aprofunda também o tema das representações em Marx, através do conceito, ou noção de “visão de mundo”. Assim, para Minayo, Lukács, referendando o princípio da determinação da base material sobre as ideias, afirma que nas consciências individuais se expressa à consciência coletiva, a consciência de classe. Deste modo, para Lukács, “a visão de mundo é precisamente esse conjunto de aspirações, de sentimentos e de ideias que reúne os membros de um grupo (mais frequentemente, de uma classe social) e as opõem aos outros grupos.” (MINAYO, 1994, p. 102).

## As representações sociais sob o enfoque de Henri Lefebvre

Diante da diversidade de concepções teóricas sobre a questão das representações, optamos, porém, em dialogar com a teoria das representações do filósofo e sociólogo marxista francês Henri Lefebvre. Para o filósofo francês, as representações são um produto de um determinado processo social e histórico, e podem ser desveladas através da reflexão e da relação com as condições de vida daqueles que as produzem. Assim, segundo Lutfi (1996), para Lefebvre, ao se estudar as representações de um povo em determinado contexto social, é necessário levar em consideração as condições de vida dos sujeitos agentes – grupos ou classe sociais – que as produzem.

Para Almeida (2008), por exemplo, focalizar as representações com base em Lefebvre é entender como as representações dos indivíduos sobre si e sobre o mundo social e físico manifestam-se em seus discursos e em suas ações, como são construídas ao longo da vida; é entender que as representações se relacionam tanto aos conhecimentos que lhes são veiculados quanto às suas próprias vivências, possibilitando, assim, conhecermos uma realidade dada.

Lefebvre (2006) coloca-se na esteira contrária à teoria das representações coletivas de Durkheim. Para o filósofo marxista estas representações “(...) passam por ser reais e verdadeiras a esse título. Enchem o espaço social, atribuídas como as instituições e a linguagem à consciência coletiva” (Lefebvre, 2006, p.78). Assim, as representações coletivas de Durkheim são para Lefebvre impostas fora do sujeito e as consciências individuais, existentes como coisas, não são senão um fantasma ou uma ciência especializada em uma realidade paralela a realidade física.

Ainda para o autor, o conceito de representação tem uma história filosófica complexa, perpassando muitos filósofos. Tentando, pois desvendar esta complexidade da categoria de representação, Lefebvre escreveu a obra *A presença e a ausência: contribuição à teoria das representações* (*La présence et l'absence. Contribution à la théorie des représentations*, em francês no original). Nesta obra, o autor percorre a trajetória do conceito de representação (*Vorstellung*) em Hegel, Marx, Nietzsche, Heidegger e Kant. Não é nosso objetivo, porém, refazermos ente caminho percorrido por Lefebvre. No entanto, este estudo foi realizado por LUTFI et al (1996), no artigo “As representações e o possível”. Neste artigo, as autoras expõem de forma sucinta a trajetória do termo na filosofia e explicam que para Lefebvre a filosofia procura transcender e superar a representação para chegar à verdade, ao ser, à essência.

Lefebvre (2006) destaca em sua obra que teria sido Hegel quem teria elaborado a teoria mais refinada das representações, já que para o filósofo alemão a representação é uma etapa, um momento do conhecimento, onde é preciso passar por ela para superá-la. No entanto, mesmo reconhecendo a grande contribuição de Hegel à teoria das representações, Lefebvre objeta-o afirmando que “por desgracia esta exposição de Hegel não dá bem conta do poder das representações. No entanto, nada pode negar que os filósofos apontam algo essencial à teoria das representações e a sua problemática.” (2006, p.24).

É, porém, em Marx que Lefebvre afirma que melhor poderia pensar-se a teoria das representações no contexto das relações sociais. Lefebvre, ao investigar o conceito de “representação” em Marx, afirma que o termo “Vorstellung” – representação – é utilizado por Marx em A ideologia alemã e abandonado em seguida. Nos textos posteriores, em especial em O Capital, Lefebvre afirma que Marx usa, ao invés de representação, o conceito de ideologia (Ideologie). Assim, para Lefebvre os marxistas depois de Marx, e o próprio Marx teriam abolido o conceito de representação em favor do conceito de ideologia e a conseqüente crítica do mesmo. Para Lefebvre, em Marx o termo “ideologia” tende a designar uma “falsa ideia”, formulada pela classe dominante, no intuito de “controlar” as ideias gerais da sociedade, ocultando assim o caráter de exploração da classe dominante contra a classe explorada, e levando à aceitação passiva das desigualdades sociais.

Embora, a ideologia para Marx não consista exatamente numa falsa ideia, mas sim no processo pelo qual as ideias da classe dominante tornam-se as ideias dominantes. Lefebvre nota que Marx teria pretendido transcender o nível das representações pela verdade revolucionária, ou seja, pela verdade revolucionária poderia se chegar ao nível da verdade sobre os fundamentos da sociedade.

Para Lefebvre, ao contrário, a representação não pode ser vista meramente como uma passagem de alteração do real e do verdadeiro, não pode mascarar a realidade como na teoria habitual da ideologia. Logo, para o autor, algumas representações podem obscurecer a vista e o horizonte, formar um círculo vicioso, impedindo o sujeito de enxergar a realidade. Enquanto isso outras podem sim se abrir para superação.

Porém, Lefebvre considera que Marx dota o conceito de representação de uma força extraordinária. Em Marx “(...) concretamente este provém da prática e deve passar por ela para modificar as coisas, as relações e o mundo; porém tem a capacidade de dominar e suscitar a prática.” (LEFEBVRE, 2006, p. 60). Basta para tanto, pegar um

exemplo do próprio Lefebvre para entender a presença e a força extraordinária da representação. A propaganda (política) e a publicidade (comercial) utilizam e constroem representações que perpassam as coisas e as pessoas, de tal forma que é possível manipular as necessidades e as motivações do ser social.

Diante da complexidade e da variedade de sentidos dados ao termo “representação”, o autor, no início da sua obra expõe a semântica do termo. Tal exposição parece-nos bastante pertinente para percebermos os variados sentidos do termo, mas o que nos parece mais relevante, é que esta exposição permite-nos diferenciar o sentido dado aqui, ou ainda, para Lefebvre ao termo “representação”.

- Significado científico: o termo é utilizado no campo das ciências físicas e naturais, por exemplo, para explicitar uma linha, uma curva, por exemplo: “uma curva representa um fenômeno físico de vários parâmetros.
- Significado político: no campo político tem a ideia de representatividade, por exemplo: um deputado representa uma região, um senador representa um estado, ou um partido, tal sindicato representa os trabalhadores metalúrgicos, etc.
- Significado “mundano”: tem o sentido de fazer-se representar em uma cerimônia, estar em representação, ou seja, ser o espetáculo, etc.
- Significado comercial: Neste campo esta palavra é usualmente utilizada pelas empresas para demarcar uma área de venda, ou algum tipo de mercadoria específica e de quem a representa. Por exemplo: Tal loja é representante de tais produtos, ou de tal marca. Ou ainda, o representante da marca, do produto tal, da empresa tal.
- Significado estético: É, em especial, utilizada no campo das artes. Por exemplo: uma peça teatral representa aspectos da vida cotidiana. O quadro de “fulano” representa o contexto histórico em que ele viveu. Na própria literatura, a obra de “fulano” representa o feminismo, etc.
- Significado filosófico: Este tem um significado ainda mais amplo e mais importante, porque é a chave das demais significações. “Invade o pensamento filosófico desde Kant, sem definir-se claramente. Para a filosofia moderna, a representação não é nem verdade nem a mentira, nem a presença nem a ausência, nem a observação nem a produção, mas algo intermediário.” (LEFEBVRE, 2006, p.18).

Então, na tentativa de uma aproximação do significado do termo “representação” em Lefebvre, destacamos uma passagem onde o autor responde ao que consiste à representação no seu sentido geral. Para ele, a representação é, às vezes, um fato ou fenômeno da consciência, individual e social, que acompanha uma sociedade determinada, uma língua, ou um objeto. Portanto, para Lefebvre (2006, p. 185) “o sujeito não se representa a si mesmo e aos demais senão por suas propriedades”.

### **Marx e a historicidade da categoria trabalho: elementos para se pensar as representações acerca do trabalho**

A ênfase dada aqui à categoria trabalho, em Marx, está no fato de compreendermos o trabalho como um conceito construído socialmente, portanto histórico

e transitório. O estudo da categoria trabalho em diferentes períodos e sociedades revela o caráter dinâmico e dual desta categoria e, sobretudo, seu caráter não-natural forjado pela sociedade capitalista. Ou seja, buscar as representações de trabalho nos diferentes modos de produção anteriores ao capitalismo faz-se necessário para desvelarmos as representações de trabalho e suas contradições na sociedade atual, já que, para Lefebvre (2006) a história da representação do trabalho acompanha a própria história do trabalho. Para tanto, partimos de O Capital, principal obra de Marx, bem como dos esboços de O Capital, mais conhecidos como os “Grundrisse”, por consideramos que nesta obra Marx faz um estudo mais aprofundado dos pressupostos fundamentais dos diferentes modos de produção historicamente negados pelo capital.

No capítulo XXIV de O Capital, a assim chamada acumulação primitiva, Marx expõe as condições históricas que precederam a existência do modo de produção capitalista. Marx procura mostrar ali, sobretudo que, ao contrário da origem “idílica” afirmada pelos apologistas burgueses, o modo de produção capitalista é uma forma econômico-social que tem uma origem violenta, historicamente determinada, e com data e local de nascimento temporalmente definidos. O modo de produção capitalista aparece, assim, para Marx, como o resultado de um longo processo histórico de separação da unidade originária entre trabalhador e condições objetivas de existência; um processo de dissolução das diversas formas pretéritas de unidade entre homem e natureza. Separação, sobretudo, do produtor direto da terra como fundamento, laboratório, da apropriação da riqueza social, bem como arsenal natural das condições originárias de existência. Separação, também, com relação à propriedade do instrumento de trabalho em que o trabalhador não aparece ainda como totalmente despido de propriedade, mas ainda tem a posse deste meio de produção. Separação, finalmente, dos produtores diretos com relação aos meios de subsistência, em que o trabalhador não é mais proprietário nem da terra nem do instrumento, mas tem garantido, por meio da unidade agregadora abstrata da comunidade, as condições objetivas de sua subsistência.

A dissolução dessas formas pré-capitalistas de propriedade dos meios de produção, segundo Marx, teria resultado, no Ocidente europeu, em um processo histórico onde, de um lado, em determinado momento, havia um número relativamente pequeno de indivíduos proprietários da riqueza monetária e dos meios de produção e, de outro, uma enorme massa de indivíduos “livres como os pássaros”, totalmente desprovidos de propriedade – seja ela terra, instrumentos, ou simplesmente, meios de subsistência. Este processo de separação dos homens com relação à natureza foi, segundo Marx, um

processo absolutamente violento, que teria privado o campesinato europeu de sua base fundiária histórica, empurrando-o às cidades; foi um processo de “limpeza” dos campos – limpeza de pessoas – e que livrou os servos de gleba do opressor jugo feudal. No entanto, ao mesmo tempo em que a burguesia, a nova força revolucionária da sociedade, teria livrado os servos de gleba da servidão feudal, retirava também todas as garantias de sobrevivência que sob este modo de produção os camponeses servis ainda possuíam.

Assim, neste processo de expropriação do campesinato europeu de sua base fundiária histórica a natureza teria deixado de ser propriedade do da maioria e se tornado propriedade privada de alguns poucos membros da mesma. Entre a maior parte dos componentes da entidade comunal originária e a natureza ter-se-ia interposto, então, um intermediário, o qual teria se apropriado da totalidade da natureza. Agora, para que os outros membros da comunidade se relacionassem com a natureza – ainda que de forma limitada – eles teriam que ir ao mercado e vender a única propriedade que lhes teria restado: sua força de trabalho:

A expropriação violenta do campesinato de sua base fundiária forma, pois, a base do modo de produção capitalista. Esta expulsão violenta dos camponeses autônomos de suas propriedades abre imediatamente a possibilidade de concentração das terras parcelares nas mãos de poucos. Esta separação entre produtores autônomos e meios de produção gera imediatamente, assim, uma massa de desocupados “livres como os pássaros” que encontrarão no banditismo, na vagabundagem, na prostituição e no roubo formas alternativas de sobrevivência nesta sua nova condição econômico social, ou seja, condição de não-proprietários. O Estado, então, como estado já em conformidade com os interesses do capital nascente, promulga leis repressivas para conter e disciplinar essa massa indeterminada e sem identidade (no sentido de não serem mais camponeses e nem, ainda, proletários). Com isto, surgem duas novas classes sociais, que ora em diante constituirão a nova forma predominante de relações de produção, numa constante oposição: num pólo estão os novos proprietários dos meios de produção e no outro pólo a massa expropriada e transformada em trabalhadores assalariados, meros vendedores de força de trabalho.

Para explicar esta questão Marx parte da ideia de que precedente à acumulação capitalista teria havido uma acumulação que não seria resultado do modo de produção capitalista, mas sim, seu ponto de partida, ou seja, uma história que constitui a pré-história do modo de produção capitalista e denomina-se acumulação primitiva. A acumulação primitiva é, para Marx, portanto, o processo histórico de separação entre

produtor e meios de produção, e a transformação dos produtores em trabalhadores assalariados, bem como a dissolução da propriedade privada baseada no próprio trabalho próprio (do camponês auto-suficiente).

A concentração dos meios de produção nas mãos de uma parcela cada vez menor da população mundial é a tendência histórica do modo de produção capitalista, ou seja, é a lei histórica do capital. Isto significa que as relações de produção baseadas na produção de mercadorias, ao desenvolverem-se em escala global, interligando todos os pontos do planeta em uma única simultaneidade histórica, geram, necessariamente, a centralização do capital e a expropriação cada vez maior da absoluta maioria da população mundial.

Nos Grundrisse à medida que Marx faz essa discussão aponta, ao mesmo tempo, que um dos pressupostos fundamentais à produção capitalista é a existência de trabalhadores livres na condição de meros vendedores de força de trabalho. E para que o capitalista encontre no mercado de trabalho estes livres vendedores de força de trabalho faz-se necessário que os mesmos estejam, pois, totalmente desprovidos das condições objetivas de existência e não possuam outra forma de suprir sua subsistência senão a de venderem-se diariamente no mercado de trabalho. Isto pressupõe, então, ainda segundo Marx, a dissolução das várias formas de produção nas quais os trabalhadores se apresentam de uma forma ou de outra, não como livres vendedores de força de trabalho, mas como proprietários de suas próprias condições objetivas de existência (Marx, 1971, p.433).

Portanto, na fórmula do capital – na qual o trabalho vivo se comporta com o material bruto (terra, instrumento e meios de subsistência) como sua não-propriedade – está implícita a negação dos vários estágios históricos precedentes nos quais os meios de produção estavam, no essencial, dispersos junto à maior parte dos indivíduos componentes da entidade comunal dada. Para Marx, os homens, em suas origens, têm uma relação de propriedade comum com a natureza. Esta aparece como a extensão da subjetividade desta entidade comunal originária. Neste sentido, propriedade, em sua forma originária, segundo Marx, significa o comportamento do sujeito que trabalha como produtor ou que produz as condições de sua produção ou reprodução como algo seu, mediado pela comunidade. Esta propriedade terá, em consequência, diferentes configurações históricas, conforme o caráter do modo de produção à qual represente, as quais sempre pressupõem a entidade comunal originária como forma natural de vínculo e mediação entre os indivíduos comuns e seu acesso à natureza (MARX, 1971, p.453).

A primeira destas formas de propriedade historicamente negadas pelo capital é aquela na qual o homem pressupõe a terra como fundamento natural e extensão natural de sua subjetividade, nas quais pressupõem o indivíduo na condição de seu proprietário natural. É negado pelo capital este momento em que o indivíduo se comporta com a terra como seu laboratório natural, como a condição inorgânica de sua subjetividade. A fórmula do capital pressupõe, portanto, antes de tudo, a não-propriedade da terra por parte do indivíduo que trabalha. A posse fundiária aparece nas várias formas de sociedade como a forma primeira e naturalmente posta de apropriação da natureza. É a partir da posse da terra e de seus frutos que a comunidade se constitui enquanto corpo social historicamente dado. As formas como se dará esta apropriação da terra, desde o momento em que cada tribo abandona a vida nômade e se assenta, é o que caracteriza as várias fases históricas e os diversos modos de produção e formações econômico-sociais historicamente postos.

A segunda forma de propriedade na qual o trabalhador aparece como proprietário das condições de trabalho também negada pelo capital é aquela em que o indivíduo comporta-se com o instrumento de trabalho como algo próprio. Aqui, o trabalho aparece como uma habilidade particular do sujeito – urbano – que trabalha. Não se desenvolve como no primeiro caso, onde o trabalhador aparece como mero acidente da propriedade da terra e incluído na mesma. Em consequência, também o material bruto e os meios de subsistência são agora mediados como propriedade do artesão. Pressupõe já o desenvolvimento da comunidade (para além da simples terra como instrumento naturalmente posto) através da “autonomização” deste tipo de propriedade ou do proprietário trabalhador. O instrumento, como já sofreu um processo de trabalho, aparece não mais como meio naturalmente dado, mas como meio de produção que é já resultado do trabalho objetivado. A própria entidade comunitária não mais aparece aqui na sua forma original, natural, mas como entidade gerada, produzida, historicamente modificada; é já uma forma secundária de apropriação das condições de existência. O instrumento, então, enquanto comportamento com as condições de produção do trabalho como propriedade do trabalhador, aparece somente como meio para o trabalho individual, por ser ele o instrumento de uso particular de um indivíduo que possui as habilidades necessárias para o manejo deste mesmo instrumento de trabalho. Esta forma de organização do trabalho (do trabalhador proprietário do instrumento) é o caráter essencial das corporações da Idade Média, a qual foi também historicamente negada pela fórmula do capital, ao surgir a manufatura como forma superior de organização do trabalho em relação a esta forma corporativa. Esta forma de propriedade exclui, por natureza, a

escravidão e a servidão como possibilidades de evolução ulterior. No entanto, sob a forma da organização de castas (forma asiática), esta forma em que o trabalhador é proprietário do instrumento de trabalho pode conter um desenvolvimento análogo negativo acarretando maior enrijecimento social, ou seja, a divisão social do trabalho se torna hereditária, impossibilitando também, assim, o desenvolvimento das forças produtivas e a necessária aniquilação das condições de produção vigentes (MARX, 1971, p.461).

A terceira forma de propriedade negada pelo capital é aquela em que o indivíduo se comporta como proprietário somente dos meios de subsistência, ou seja, do fundo de consumo comum. Aqui, o indivíduo não é proprietário nem da terra nem do instrumento. Esta forma de propriedade somente dos meios de subsistência dados enquanto condição natural do sujeito que trabalha é, na realidade, a fórmula da escravidão e da servidão. Estas duas formas foram também historicamente negadas, dentro do processo de dissolução e de constituição do capital. Ao ser colocado o trabalho entre as condições objetivas da produção, ou seja, na relação de servidão e escravidão, as formas originárias de entidades comunitárias – sobretudo aquelas formadas a partir dos camponeses-cidadãos originariamente cultivadores diretos do próprio solo – são essencialmente modificadas (MARX, 1971, p.461-462).

Esta forma de propriedade – quando não se reduz à escravidão e à servidão – não pode conter a relação do indivíduo que trabalha com as condições de subsistência. Em consequência, esta forma de propriedade pode ser somente a relação do membro da entidade comunitária originária fundada na propriedade da terra e que perdeu esta propriedade e não passou à segunda forma. Este foi, por exemplo, o destino da plebe romana ao tempo do “pão e circo” (MARX, 1971, p.462).

Assim sendo, a não-propriedade das condições objetivas de existência do indivíduo que trabalha, nas suas várias formas, é o pressuposto histórico fundamental, segundo Marx, para que encontremos, de um lado, o trabalhador como trabalhador livre, como capacidade de trabalho puramente subjetiva, desprovido de objetividade, enfrentado nas condições objetivas da produção como a sua não propriedade, como propriedade alheia, como valor que é para si mesmo e, de outro lado, o capitalista como proprietário dos meios de produção e mediador histórico entre o trabalhador e as condições objetivas de existência. Estas formas originárias de propriedade, como dissemos, constituem o fundamento econômico das diferentes formas de entidades comunitárias e, do mesmo modo, têm como pressuposto formas determinadas das mesmas (MARX, 1971, p.462).

O processo de dissolução que transforma os indivíduos de uma nação, potencialmente em trabalhadores assalariados, pressupõe, por um lado, não que as condições de propriedade destes indivíduos existentes até agora tenham desaparecido, senão seu inverso, ou seja, que somente sua utilização tenha se modificado; que somente a maneira de sua existência se transformou; que passaram para outras mãos como fundo livre ou que também ficaram, em parte, nas mesmas mãos. Estas formas antigas de trabalho existem agora sob formas que extinguem todas as velhas relações políticas e todas as outras formas de relações que faziam parte do antigo modo de produção e que contrapõem este indivíduo desprovido de propriedade, mas, agora, sob a forma de valores com base firme em si mesmo. Este mesmo processo que contrapôs a massa de indivíduos como trabalhadores livres com relação às condições objetivas de produção, contrapôs estas condições como capital frente aos trabalhadores livres. Este processo histórico consistiu na separação de elementos que até então estavam ligados. Portanto, seu resultado não consiste em que um dos elementos desapareça, mas que cada um deles apareça em uma relação negativa com o outro, enquanto possibilidade, de um lado, e o capital, enquanto possibilidade, de outro. (MARX, 1971, p. 465).

Nada é mais estúpido (palavras de Marx) do que conceber esta formação originária do capital como se este tivesse acumulado e criado as condições objetivas da produção (meios de subsistência, material bruto, instrumentos) e os houvesse oferecido então aos trabalhadores despojados delas. O que ocorreu, na verdade é que a riqueza monetária ajudou em parte a despojar destas condições as forças de trabalho dos indivíduos capazes de trabalhar e, em parte, este processo avançou sem ela. Uma vez que esta formação originária alcançou certo nível, a riqueza monetária pôde colocar-se como intermediária entre as condições objetivas da vida assim “liberadas” e as forças de trabalho vivas, liberadas, mas também isoladas e livres, e pôde, assim, comprar umas com as outras. No entanto, a formação da riqueza monetária, antes de sua transformação em capital, pertence à pré-história da economia burguesa. (MARX, 1971, p.471-472).

Precisamente, o domínio do próprio valor de troca e da produção que produz valor de troca supõe capacidade alheia de trabalho como valor de troca, quer dizer, separação da capacidade viva de trabalho com relação às suas condições objetivas, comportamento com estas ou com sua própria objetividade, como propriedade alheia, comportamento com relação a essas condições tratando-as como capital. Pois, para Marx, o elemento que agrega valor ao produto, transformado em valor de troca, não é outro senão a quantidade de trabalho humano contido na mercadoria.

Assim sendo, diz Marx, “a produção de capitalistas e trabalhadores assalariados é, portanto, um produto fundamental do processo de valorização do capital” (MARX, 1971, p.475, grifado no original). Assim sendo, a única forma de o sujeito relacionar-se com as condições objetivas de existência é vender-se diariamente no mercado de trabalho e receber a forma pela qual pode, por um lado, ter acesso (limitado) à natureza e, de outro, esta forma representa a fetichização das relações sociais de produção em seu mais alto grau: o dinheiro.

Portanto, do ponto de vista de Marx, é a forma burguesa de produção a forma de sociedade que promove a universalização e homogeneização das relações sociais de produção mercantis e a separação entre Homem e Natureza em seu mais alto grau, submetendo assim todas as outras formas (pré-capitalistas) de produção a esta forma dominante e mais avançada e sofisticada forma de exploração do homem pelo homem. No entanto, do ponto de vista de Marx a sociedade burguesa não seria a mais alta e forma última de sociedade: ela é a forma mais alta de sociedade classista, mas não a forma de sociedade onde a liberdade humana pudesse alcançar sua forma mais plena.

Neste sentido, quando Marx, demarca através do trabalho a diferenciação entre homem e o animal, pela capacidade prévia do ser humano em idealizar o resultado de seu trabalho, está tratando o trabalho em seus elementos simples, como atividade orientada para produzir valores de uso, em qualquer formação social. Portanto, o trabalho é nesta situação representado como atividade essencial, como princípio da atividade humana, como o ato pelo qual o homem transforma a natureza e se transforma mediante sua ação.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingui, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador” (MARX, 1983, p. 149-150)

Isso nos permite afirmar que o trabalho – como realização do homem, no capitalismo sofre um deslocamento do seu sentido originário e é entendido por Marx como a alienação do homem pelo próprio homem.

## As dimensões do trabalho: limites e possibilidades para do caráter educativo

O trabalho é uma categoria repleta de contradições, de um lado, apresenta-se como categoria fundante do ser humano, e de outro, como atividade que aliena e desumaniza o homem.

Dentre os autores contemporâneos que tem se dedicado ao estudar categoria trabalho e sua relação com a educação está Paulo Nosella. Para ele (2002) o trabalho é categoria fundamental e princípio educativo primeiro da organização de uma sociedade.

(...) a nova concepção de trabalho dos séculos XIX e XX, na forma como a classe trabalhadora a elaborou, é essencialmente o conjunto das atividades sociais marcadas pela superação da divisão entre teoria e prática. Em outras palavras, saber se relacionar com a máquina é, sobretudo, possuir conhecimento científico, tecnológico e político. (NOSELLA, 2002, p. 36)

Aranha (2005, p.95) ao analisar as representações da categoria trabalho afirma que o trabalho “por ser uma atividade que permite a construção, a reconstrução e a autoconstrução permanente, o trabalho é tido como um princípio educativo, formativo do sujeito, do ser social”. No entanto, pode conter duas dimensões, uma construtora, emancipadora, voltada para a produção de coisas, satisfação de necessidades humanas, bem como para a criação e transformação de si e do seu meio. E outra dimensão alienante, opressora, alheio ao trabalhador que se vê numa condição de não poder intervir, dominar e reconhecer-se nos produtos de seu trabalho.

Mészáros (2005) ao discutir os limites da educação e da emancipação humana no capitalismo comenta que em Marx encontramos na fonte de todas as variedades de alienação a historicamente revelada alienação do trabalho. No entanto, para o autor é pelo próprio trabalho que se abre a possibilidade de uma transformação das nossas condições de existência. Neste sentido, apesar de compreender que uma mudança só é possível com um processo revolucionário, tenta resgatar o sentido estruturante da educação e de sua relação com o trabalho e suas possibilidades emancipatórias. Isto nos permite aferir que Mészáros percebe a contradição da categoria trabalho e a dimensão educativa do trabalho.

Ramos (2004) considera o trabalho em seu duplo sentido. Primeiro, o seu sentido ontológico, que permite o homem se relacionar com a natureza, produzir existência e ao

mesmo tempo produzir conhecimento. Segundo, no seu sentido histórico, que no sistema capitalista se transforma em trabalho assalariado e em forma específica da produção da existência humana no capitalismo:

O trabalho pode ser assumido como princípio educativo na perspectiva do capital ou do trabalhador. Isso exige que se distinga criticamente o trabalho em si, por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona como os outros homens para a produção de sua própria existência – portanto, como categoria ontológica da práxis humana –, do trabalho assalariado, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo, portanto categoria econômica da práxis produtiva. (RAMOS, 2004, p.42)

Diante do exposto, é possível afirmar que a autora reconhece as contradições da categoria trabalho na sociedade capitalista, no entanto, não deixa de afirmar o trabalho como princípio educativo pelo entendimento que mesmo sobre o capitalismo, o trabalho tende a revolucionar permanentemente os meios de produção.

Saviani (2007) ao examinar os fundamentos histórico-ontológicos da relação trabalho-educação, mostra que o desenvolvimento da produção conduziu à divisão do trabalho, e a própria divisão dos homens em classes. Tal análise leva o autor concluir que a sociedade de classes, especificamente nas formas escravistas e feudais, levou também a divisão entre educação e trabalho. Para o autor, nas sociedades primitivas a educação coincidia totalmente com o processo do trabalho, o que permite afirmá-lo como princípio educativo. Pois, o homem ao agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, mesmo na forma mais simples, forçava a produção do próprio homem.

Já na sociedade de classes, a partir da própria determinação do processo de trabalho, mediada pelos instrumentos de trabalho, ainda que na sua forma bastante simples, foi que permitiu a organização da escola como um processo separado da produção. No entanto, Saviani (2007, p.157) afirma que “a separação entre escola e produção não coincide exatamente com separação entre trabalho e educação”, pois, no caso do trabalho manual, a educação ainda se realizava junto ao próprio processo de trabalho, portanto, não exigia uma preparação dada pela escola. Somente a atividade intelectual passa a ser destinada a escola, e constituía-se num instrumento de preparação para os futuros dirigentes (militar e político).

Por fim, o autor, nos coloca que “a relação trabalho-educação irá sofrer uma nova determinação com o surgimento do modo de produção capitalista” (SAVIANI, 2007,

p.158), provocada, principalmente, pelo impacto da revolução industrial, que força a escola a ligar-se ao mundo da produção. Ao fazer essas considerações, o autor desenvolveu a ideia da divisão dos homens em dois grandes campos: uma das profissões manuais (o operariado), ao qual se exigia uma formação rápida e prática, para executar tarefas simples, para o manejo dos diferentes instrumentos de produção. E outro, para as profissões intelectuais, a qual se exigia uma formação teórica, com fim de preparar as elites dirigentes:

A referida separação teve uma dupla manifestação: a proposta dualista de escolas profissionais para os trabalhadores e “escolas de ciências e humanidades” para os futuros dirigentes; e a proposta de escola única diferenciada, que efetua internamente a distribuição dos educandos segundo as funções sociais para as quais se os destinavam em consonância com as características que geralmente decorriam de sua origem social. (SAVIANI, 2007, 159)

A contradição da categoria trabalho, apontada pelo autor, através da dissociação da relação trabalho e educação nos mostra que apesar dos limites impostos por esse modelo, o trabalho continua sendo a característica essencial do ser humano, o que o define em sua totalidade, e ainda, o elemento que possibilita a produção da vida.

Ciavatta ao reconhecer a centralidade do trabalho na produção da vida humana, ou ainda, como necessidade humana, afirma que a” [...] centralidade do trabalho tem uma dimensão ontológica, fundamental, criadora de vida, cultura, conhecimento, e uma dimensão histórica em tensão permanente na vida social. ” (CIAVATTA, 2004, p.121)

Também Frigotto (2002) procura mostrar o trabalho na sua dimensão criadora da vida humana. Para o autor, o trabalho, em seu sentido de produção de bens úteis materiais e simbólicos ou criador de valores de uso, é condição constitutiva da vida humana. Com consequência, a compressão de que o trabalho é a relação social fundamental que define o modo de existência do ser humano, o qual permite o homem produzir permanentemente sua existência, não desaparece com o modo de produção capitalista, mas, nele é incorporado o elemento de exploração e alienação do ser humano, o que impõe limites ao caráter educativo do trabalho.

Desta forma, entendemos que na categoria trabalho estão contidas as representações mais contraditórias de uma sociedade. Tais representações estão associadas ao contexto social e à vivência do sujeito que o representa e, em grande medida, dada pela relação do homem com sua atividade produtiva, bem como de seu grupo ou classe. Assim, é possível uma representação que se contraponha ao trabalho

alienado ao se evidenciar o trabalho na sua dimensão ontológica, como atividade que permite a criação da vida, satisfação de necessidades humanas, bem como a transformação do homem e da natureza: “[...] antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” (MARX, 1985, p.149).

Segundo Lefebvre, foram as representações do trabalho que permitiram colocar os camponeses e os artesões a trabalhar industrialmente, possibilitaram a organização do trabalho segundo imperativos tecnológicos definidos pelos dirigentes, como o trabalho industrial dividido e, ainda, o desvio das tecnologias mais avançadas, como a automação. Por sua vez, essas tecnologias foram utilizadas para a dominação e controle dos trabalhadores e o aumento de exploração da força de trabalho pelo capital.

## **Conversando com os professores: as representações sobre trabalho**

Diante do enfoque dado às representações dos professores em torno da categoria trabalho, foi necessário buscar as aproximações ou, ainda, o vínculo direto com as categorias a serem analisadas. Por isso, optamos por realizar entrevistas semi-estruturadas com os professores, utilizando a técnica proposta por Auler e Delizoicov (2002). Esta técnica consiste na elaboração de um roteiro prévio para a entrevista partindo de algumas situações envolvendo a temática em questão. No caso da nossa pesquisa cada situação escolhida para a entrevista se refere a uma temática já direcionada às possíveis categorias de análise. Porém, as situações escolhidas não deixaram de ter como centralidade a categoria trabalho e foram retiradas de documentos que regulamentavam a oferta de cursos integrados no Estado do Paraná. Denominaremos essas situações ou trechos do texto de fragmentos.

Participaram da pesquisa 10 professores de dois Colégios Estaduais com oferta de curso técnico em Administração. Para realização das entrevistas foi elaborado um roteiro com os fragmentos que possibilitava os professores falar sobre a categoria trabalho.

Os fragmentos selecionados para os professores discorrerem permitiram dados relevantes para a análise do nosso objeto. Para garantir dados que revelassem a representação do trabalho também fizemos algumas perguntas objetivas e mais direcionadas, tais como: O que você entende por trabalho? O que é trabalho? Pois, com base Lüdke e André (1996), acreditamos que a entrevista semi-estruturada se desenvolve a partir de um roteiro básico, mas ao mesmo tempo dinâmico, o qual permite ao

entrevistador fazer alterações necessárias no decorrer da entrevista.

É importante também salientarmos que a delimitação deste universo de pesquisa partiu do acompanhamento sistematizado do processo de construção da proposta do curso técnico em Administração. Essa etapa de acompanhamento do processo favoreceu a apreensão das representações do trabalho que a todo o momento emergiam nas discussões.

Lefebvre (2006) diz que as representações são um produto de determinado processo social e histórico, e podem ser desveladas através da reflexão e da relação com as condições de vida daqueles que as produzem. Neste sentido, foi importante traçarmos um perfil dos professores entrevistados. Para isso, perguntamos idade, formação acadêmica, tempo de magistério e ainda se desenvolve outra atividade profissional. Dos dez entrevistados seis deles afirmaram que desenvolvem outra atividade profissional e os seis são professores da base técnica. Os outros quatro professores são da base comum e dedicam-se integralmente ao magistério. Um professor é aposentado e trabalha como professor PSS (Processo de Seleção Simplificado).

Esse perfil profissional mostra que pelo menos parte dos entrevistados está também inserida no processo de precarização do trabalho docente, do rebaixamento de salários que os obriga a terem outra atividade profissional para garantir uma mínimo de condições econômicas digna. No entanto, esse dado não é particular do curso pesquisado, mas expressão desta época histórica de desvalorização do trabalho docente, de precarização da formação docente, de salários rebaixados e ainda de condições precárias de trabalho. Isso parece demonstrar que a superficialidade da representação da categoria trabalho, definida com um princípio do curso pesquisado, vem de encontro com a precariedade da formação docente própria da atualidade.

Ao longo desta pesquisa discutimos a categoria trabalho a partir de duas dimensões. Uma dimensão, ontológica, em que o trabalho é compreendido enquanto atividade de produção da existência do homem, como manifestação da vida, ação intencional do homem sobre a natureza, pela qual a transforma e transforma-se a si próprio. E uma segunda dimensão, deslocada da primeira, mas intimamente relacionada a ela, em que o trabalho é tido como alienação da vida, manifestação opressora, alheio ao trabalhador que se vê numa condição de não poder intervir, dominar e reconhecer-se nos produtos de seu trabalho, sinais que se mostram perceptíveis na atual forma de sociedade. Transpondo estas duas dimensões para a pesquisa empírica, buscamos, a partir das entrevistas realizadas com os professores, visualizar, no conteúdo destas, como

o trabalho é representado pelos sujeitos entrevistados. Pois na proposta do curso pesquisado o trabalho é tomado de centralidade, de tal forma que entendemos que dentre muitos fatores para que a proposta se concretize, um deles é o de que os professores tenham compreensão da categoria trabalho e de suas contradições.

Para análise das representações consideramos as manifestações que foram unânimes ou recorrentes nas falas dos professores, isto é, aceita por todos, ou pela maioria dos sujeitos entrevistados. Apenas em um ou outro caso, também se considerou as manifestações isoladas, mas que geraram algum dado importante para nossa análise.

As análises das representações do trabalho realizadas nesta pesquisa sugerem que dos dez professores entrevistados apenas um (Professor 8) traz uma representação mais ampla e não moralista do trabalho (como as do senso comum, que foram observadas nas demais entrevistas, como exemplo Professor 1)) e consegue discutir aspectos mais teóricos desta categoria. Também é interessante considerar que este professor foi o único que se posicionou teoricamente em relação a uma concepção de trabalho e mostrou ter uma compreensão dos Documentos que orientam a prática pedagógica do curso, ao questionar o documento pela sua fragilidade de posição teórica:

Então penso o trabalho a partir da escola de Frankfurt, e de outros marxistas como Gramsci e Benjamim. Então para mim pensar o trabalho é pensar o mundo do trabalho. Que tipo de mundo de trabalho? Aquele onde você tenta emancipar o proletário. Como eu faço isto? Tentado dar cultura para que ele entenda porque que ele é explorado nesta sociedade. Eu não educo ele para ele ser alguém produtivo, no sentido que vai ser um excelente aproveitamento na indústria, no comércio, não! Mas para emancipar ele para ele entender qual a importância do trabalho na sociedade, o que significa ser produtivo na sociedade ou ser improdutivo. (Entrevista P8)

Veja o que eu digo para eles, para todos os alunos. O trabalho para mim é ter capacidade, ter conhecimento dentro da área e definir uma coisa que você quer ser, se não o caboclo não vai trabalhar em nada. Eu acho que além do bem estar, da condição social, financeira ele se faz necessário para toda a sociedade. Você imagina o que nós iríamos fazer com toda essa criançada, moçada, o que iríamos ser? Então eu vejo desta forma, pense um indivíduo ocioso, o cara não faz nada de bom. (Entrevista P1)

O trabalho qualificado se sustenta numa representação consagrada pelos sujeitos da pesquisa, pois, conforme afirmado em algumas entrevistas foi possível caracterizar uma representação comum nas falas dos professores em relação a base técnica, exatamente aquela que tem sido um dos pilares dos cursos de Administração:

O trabalho hoje está relacionado à qualificação; a gente procura profissionais que tenham uma qualidade e infelizmente a gente não encontra esse pessoal, eles têm muitas dificuldades. A grande maioria que já tem uma qualificação melhor, já tem a sua firma, ou ele já tem o seu negócio, ou ele já trabalha por conta. E a gente tem que moldar ele, tem que ensinar eles, tem que formar eles, tem que treinar eles. Essa é uma grande dificuldade no mundo do trabalho. (Entrevista P4)

Mas essa é uma questão que precisa acontecer para que o aluno tenha oportunidades melhores no mundo do trabalho. Porque sabemos que em qualquer profissão é preciso sempre estar se qualificando. E sabemos que uma qualificação não dá para ser excelente em dois ou três anos; ele precisa saber como buscar uma qualificação além da escola. (...) (Entrevista P9)

Mas hoje, quando percebemos a questão do trabalho, a gente verifica que tanto nas empresas como em outras situações, a gente percebe, como eu que trabalho com a administração, que a empresa, a comunidade empresarial seja de pequeno, médio ou grande está se preocupando com a questão humana do trabalho, até mesmo pela questão do estudo dos seus funcionários, desta questão de fazer eles voltarem para a sala de aula, e é na escola é que eles conseguem os melhores funcionários, colaboradores para eles (...) Eles [os alunos] também percebem que são também futuros empreendedores. (Entrevista P2)

No modo de produção capitalista o trabalhador necessita qualificar e requalificar constantemente sua força de trabalho para enfrentar a cada vez mais elevada competição no mercado pelos postos de trabalho. Isto significa que a competição entre os trabalhadores é fator determinante na organização do trabalho social, pois o exército de reserva, formado pela cada vez mais elevada massa de desempregados, pressiona o indivíduo no sentido da autoqualificação, tal qual a noção de “empreendedorismo”, tão difundida atualmente no discurso da Administração.

Esta competitividade individualista entre os trabalhadores gera a partir de um discurso ideológico formas de representação do trabalho, sobretudo voltadas à qualificação profissional com vistas a uma possível ascensão econômico-social. Neste sentido, parece-nos correto afirmar que as representações mais comuns desveladas no conteúdo das entrevistas afirmam esta dimensão técnica do trabalho, que justifica a ascensão ou decadência social do indivíduo.

Henri Lefebvre, tal como Marx, pensa o trabalho em sua historicidade. Para o filósofo Francês, as representações do trabalho na sociedade capitalista são impulsionadas, segundo os imperativos do capital, que utiliza as diferentes formas para sua difusão. Assim a competição entre os indivíduos faz com que os mesmos trilhem uma carreira profissional individual, vencendo assim a competição pelo posto de trabalho. Quando o sujeito fracassa, o discurso ideológico burguês o coloca como culpado e desqualificado para as exigências do mercado de trabalho atual. Ou seja, nesta sociedade

as representações têm o poder de forjar a base sobre a qual se estabelecem estas relações. (LEFEBVRE, 2006)

Assim, no conteúdo das entrevistas realizadas o que se percebe é que por mais que os professores coloquem a importância da formação humana para os alunos, subjaz aos seus argumentos a representação do trabalho qualificado como forma de ascensão social, primando pelo imediatismo da prática.

O constante incremento tecnológico no processo produtivo aparece como o elemento libertador do indivíduo perante o trabalho, pois o trabalho pesado é agora executado pela máquina e o trabalhador aparenta possuir maior grau de liberdade perante o trabalho em si, como se no capitalismo a tecnologização da produção resultasse ao mesmo tempo menor grau de exploração do trabalhador. Isso fica evidente, por exemplo, quando a professora entrevistada (Entrevista P3.) fala da importância da evolução tecnológica.

Eu acho que agora deixou-se de lado aquele mecanicismo que era antigamente, da ideia da revolução industrial. Teve uma época que era trabalho, trabalho, tinha que se vencer os índices de produção. Tinham as máquinas, mas as pessoas eram só escravas das máquinas. E hoje a gente já está revertendo esta situação, a máquina já faz todo este trabalho, a máquina trouxe essa liberdade. O que está se precisando? Seres, trabalhadores conscientes para entenderem que esta evolução tecnológica muito rápida pode ter consequências, prejuízos futuramente. (Entrevista P3)

Parece que a professora entrevistada não percebe que por mais que a tecnologia, em certa medida, liberte o homem do trabalho braçal, pesado, o desenvolvimento tecnológico no capitalismo não acarreta, necessariamente, maiores índices de liberdade ao trabalhador. A entrevistada representa a evolução tecnológica como sinônimo de emancipação, mas não consegue compreender que não é a máquina em si e por si que proporciona essa emancipação.

Como mostra Marx em O Capital, a maquinaria, na sociedade capitalista, incorpora inerente a si o substrato material da emancipação humana em relação ao trabalho. No entanto, ele mostra que a máquina em si não emancipa. Ela necessita ser colocada sobre relações de produção que a tornem um instrumento material desta emancipação: o capitalista emprega a tecnologia, porém, não com o intuito de “melhorar as condições econômica e sociais da humanidade”, mas, ao contrário, apenas para aumentar a eficiência do trabalho assalariado na extração de mais-valia relativa, sem que isto acarrete, ao mesmo tempo, uma diminuição da jornada de trabalho para o operário. Portanto, não houve a eliminação do mecanicismo, mas sim um processo de

intelectualização de uma parcela da classe trabalhadora, que neste caso, já não transforma objetos materiais diretamente, mas supervisiona o processo produtivo através de máquinas computadorizadas.

Ricardo Antunes (2000), em sua obra *Adeus ao trabalho?* reafirma a tese de Marx sobre a centralidade do trabalho como elemento base para compreensão da sociedade capitalista, inclusive para atualidade. Para o autor, mesmo com o incremento tecnológico que o capital impõe constantemente ao processo produtivo (a chamada reestruturação produtiva) não retira o trabalho como categoria analítica de base. Neste texto, ao criticar a visão de Jürgen Habermas sobre “a ciência como principal força produtiva”, Antunes afirma que, por mais que a ciência adquira papel cada vez mais crescente e importante no processo tecnológico, está assim mesmo “encontrasse tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual não pode superar. (ANTUNES, 2000, p. 160-161). O autor acrescenta que: “como a máquina não pode suprimir o trabalho humano, ela necessita de uma maior interação entre a subjetividade que trabalha e a nova máquina inteligente”. Assim,

(...) ao invés da substituição do trabalho pela ciência, ou da substituição da produção de valores pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as atividades improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital. O que remete ao desenvolvimento de uma concepção ampliada para se entender sua forma de ser do trabalho no capitalismo contemporâneo, e não à sua negação (ANTUNES, 2000, p. 163).

## Considerações finais

Os dados das entrevistas apontam respostas, mesmo que superficiais, a nossa pesquisa, como: que a maioria dos professores entrevistados tem uma representação próxima daquela que chamaríamos de senso comum do trabalho e ou ainda uma representação que afirma a dimensão técnica do trabalho, do trabalho qualificado como finalidade última para uma possível ascensão econômico-social do indivíduo.

O trabalho qualificado se sustenta numa representação consagrada pelos sujeitos da pesquisa, exatamente aquela que tem sido um dos pilares dos cursos de administração. Uma representação de que ser ou estar se qualificando é condição suficiente para definir um profissional competente e com espaço no mercado de trabalho.

Tanto que o trabalho adquire um sentido positivo quando nele está contida a ascensão social ou na melhoria de qualidade econômica dos alunos e deles próprios.

Nesta perspectiva, qualquer indivíduo pobre, mas desde que trabalhe, tenha qualificação técnica e criatividade pode ascender socialmente e encontrar um bom posto de trabalho. Assim também o indivíduo não tem “espírito empreendedor” aparece como técnica socialmente desqualificada, com todas as conotações pejorativas do termo. Essas representações, em grande parte, dissimulam e deslocam o real a serviço das ideologias dominantes, justificando o fracasso profissional dos indivíduos na suposta incapacidade ou desinteresse dos mesmos.

Essa redução ou esvaziamento da categoria trabalho evidenciada no percurso da pesquisa nos permite sinalizar os limites do trabalho e da educação como emancipação humana. Contudo, esse resultado não expressa de forma alguma um julgamento a escola ou aos professores, mas sim adensa a hipótese de que a representação do trabalho que os professores possuem é coerente com essa época histórica, ou seja, é marcada pela divisão social do trabalho própria do estágio atual do Capitalismo, que também em suas marcas na parcialidade, fragmentação e aligeiramento da formação do professor e do tecnicismo imperante na educação profissional atual.

Porém, apesar do caráter emancipatório do trabalho e da educação serem contestados no resultado das entrevistas, os professores ainda revelam a centralidade do trabalho, considerando-o como fundamental para a produção da vida, como forma de aperfeiçoamento, de gratificação e satisfação pessoal.

## Referências

ALMEIDA, Maria José P. M. *Expectativas sobre desempenho do professor de física e possíveis consequências em suas representações*. Revista Ciência & Educação. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132000000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132000000100003), acesso em 10 junho 2017:

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 7.ed. Campinas, SP: Cortez, 2000.

ARANHA, Antonia Vitoria Soares. *Representações de classe e trabalho no Brasil sob o impacto da escravidão*. In: Diálogos sobre trabalho: Perspectiva multidisciplinar/ Antonia V.S Aranha, Daisy M. Cunha, João B Laudares (orgs.). Campinas, SP: Papyrus, 2005.

AULER, Décio & DELIZOICOV, Demetrio. *Ciência Tecnologia-sociedade: relações estabelecidas por professores de ciência*. Revista Electrónica de Enseñanza de las

Ciências, Vol.5, Nº2, 2006. Acesso em [http://saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen5/ART8\\_Vol5\\_N2.pdf](http://saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen5/ART8_Vol5_N2.pdf), acesso em 14 março 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Uma opinião sobre as representações sociais*. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion & MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

ClAVATTA, Maria. *Mediações do Mundo do Trabalho*. A fotografia como fonte histórica. In: *Capitalismo: trabalho e educação*. José Claudinei Lombardi, Dermeval Saviani, José Luiz Sanfelice (orgs.). 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados HISTEDBR, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 1990. \_\_\_\_\_. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, Rio de Janeiro. Nº 11, 1991.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida*. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M. (Org.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio e Clavatta, Maria. *A busca de articulação entre trabalho, ciência e cultura no ensino médio*. In: Frigotto, Gaudêncio e Clavatta, Maria. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*./ Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. ClAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. (orgs.) *Ensino Médio Integrado. Concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais*. In: Pedrinho A. Guaresch e Sandra Jovchelovitch (org.s) *Textos em representações sociais*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones*/Henri Lefebvre; trad. de Óscar Barahona y Uxoá Doyhamboure. México: FCE, 2006.

LUDKE, M; ANDRÉ, M.E.D.A *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 3 a ed. São Paulo: EPU, 1996.

LUKÁCS, G. O Trabalho. In: *Ontologia do ser social*. Trad. De Ivo Toned. Mimeo. 1981.

LUTFI, Eulina Pacheco, Sochaczewski, Suzanna e JAHNEL, Teresa C. *As representações e o possível*. In: Martins, José de Souza (org) Henri Lefebvre e o Retorno a dialética. Editora Hucitec. São Paulo, 1996.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 2.ed. Vol. I (1983), Vol. II (1985). São Paulo: Abril Cultural. (Coleção Os economistas).

\_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I. Tomos I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe.

\_\_\_\_\_. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999. Tradução de José Carlos Bruni e Marco A. Nogueira.

\_\_\_\_\_. *Formas que precedem a produção capitalista*. In: *Grundrisse: Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Borrador) 1857-1858*. Volume I. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores. 1971; tradução de Pedro Scaron.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília. *O conceito de Representações Sociais dentro da Sociologia clássica*. In: JOVCHELOVITCH, Sandra, GUARESCHI, Pedrinho (orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1994.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1987.

NOSELLA, Paolo. *Trabalho e Educação*. In: *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. Carlos Minayo Gomes ... [et al.] – 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2002.

OLIVIERA, F. & WERBA, G. C. *Representações sociais*. In: STREY, N. M...[et al.]. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

PARANÁ, SEED/DET. *Educação Profissional no Paraná: Fundamentos Políticos e Pedagógicos*. Curitiba, 2005.

PARANÁ, SEED/DET. *Plano do curso técnico em Administração*. Curitiba, 2007. 1ª versão.

RAMOS, Marise Nogueira. *O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura*. In: Frigotto, Gaudêncio e Ciavatta, Maria. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*./ Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos*. *Revista Brasileira de Educação*, v.12, n. 34. Jan/abr. 2007.

Submetido em 15/07/2017, aprovado em 14/03/2018.